

Desindexação e ativo financeiro

É convicção geral, no Brasil, que não será possível acabar com a inflação enquanto a economia permanecer indexada, isto é, enquanto todo e qualquer cidadão estiver protegido contra perdas decorrentes da majoração dos preços. Na verdade, o processo de desindexação da economia nacional encontra-se no âmago de quaisquer cogitações em torno do ambicionado pacto social. No momento, porém, em que se chega a essa convicção, o ministro da Fazenda vem a campo defender a correção monetária plena, abrangendo tanto os ativos financeiros como a taxa cambial. Sua tomada de posição parece insólita e começa a suscitar clamores. Aparentemente, o sr. Mailson da Nóbrega pretende defender os privilégios de que gozam os chamados *rendeiros*. Na realidade, porém, sua posição é a única que permite conjurar a ameaça de hiperinflação e não favorece nenhum privilégio.

O ministro da Fazenda, deliberadamente, evita empregar a palavra *redutor*, que dá a impressão de que o governo pretende apenas arrochar os salários e espoliar os assalariados. Prefere fa-

lar em reajuste de preços e salários com base na inflação prevista, que deverá ser, em princípio, a cada mês, ligeiramente mais baixa do que a inflação do mês anterior. De início, a inflação prevista não deverá distar muito da inflação passada, para ficar bem próxima da inflação real, conquanto não deva ser maior do que esta última. Cuidando-se disto mês a mês, será possível reduzir "por decreto" a inflação real, desde que todos os agentes econômicos participem desse jogo.

De qualquer modo, poderia parecer que, por manter a correção plena para os ativos financeiros (cadernetas de poupança, aplicações no *open market* etc.), o governo cuida de salvaguardar os privilégios de uma classe que até agora tem conseguido proteger-se contra a inflação. Na verdade, tal "privilégio", que urge assegurar a todos, não constitui, por isso mesmo, propriamente, um privilégio.

A hiperinflação desabarará sobre o País no dia em que os investidores não mais acreditarem na moeda indexada que lhe oferece o

governo e empatarem suas economias em bens reais, como imóveis, dólares ou, digamos, automóveis. Ora, se o governo comunicasse que, a partir de agora, a correção dos ativos financeiros passaria a ser feita com base numa inflação estimada, e não mais na inflação real, a consequência imediata seria os investidores fugirem da moeda indexada, com a qual já estão acostumados. O resultado seria a hiperinflação, que obrigaria o governo a emitir papel-moeda num montante cerca de 14 vezes maior do que o atual montante da moeda em circulação. Seríamos vítimas de uma catástrofe social, econômica e, sem dúvida, política, devido às consequências que daí resultariam. Ora, é preciso proteger o País contra esse risco.

Mas nosso raciocínio não deve parar aí. O suposto privilégio talvez seja apenas uma sombra. Com efeito, para que desapareça basta que a inflação prevista seja igual à inflação real, isto é, que a correção monetária seja igual ao reajuste dos salários e dos preços. É evidente que isso não será uma perspectiva ilusória se a "desin-

dexação" for efetuada em bases realistas e de modo cauteloso.

Quanto à taxa cambial, teria de ser absolutamente realista, sob pena de tolher as exportações — que hoje estão concorrendo decisivamente para sustentar a atividade econômica em nível razoável — e de fomentar as importações e, com isso, conduzir ao fechamento de numerosas empresas no Brasil. Sabe-se que a salvação do País é hoje o movimento exportador, ainda que se possa considerar dispensável o superávit, estimado pelo Banco Central em 20 bilhões de dólares.

Compreendemos a preocupação da classe operária, que sabe ser fácil controlar os salários, mas difícil controlar os preços. Por isso, a nosso ver, o pacto social deveria envolver um mecanismo destinado a corrigir eventuais descompassos entre a taxa de inflação prevista e a da inflação real, em tempo relativamente curto.

Se não forem adotadas medidas do gênero destas, o País estará condenado a ser açoitado pela hiperinflação, que será mais impiedosa com os mais pobres.